

A INOVAÇÃO COMO UM PROCESSO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO PERIFÉRICO

Ericê Bezerra Correia

Pós Doctor in Innovation Regional Development UA/PT

Faculdade Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho – FACHUCA. Mestrado de Gestão e Desenvolvimento

Sustentável da Universidade de Pernambuco - GDLS/PE

Marcelo Maia Rego Toscano

Doutorando em Política Pública da Universidade de Aveiro – UA/PT.

Breno Soares Correia Lustosa

Graduando em Engenharia da Produção – Universidade Federal do Piauí.

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Ericê Bezerra Correia, Marcelo Maia Rego Toscano y Breno Soares Correia Lustosa (2020): “A inovação como um processo social para o desenvolvimento do território periférico”, Revista de Desarrollo Sustentable, Negocios, Emprendimiento y Educación RILCO DS, n. 3 (enero 2020). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/rilcoDS/03/territorio-periferico.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/rilcoDS03territorio-periferico>

RESUMO

O território periférico necessita, dentro de um processo social, buscar a inovação como fator de mudança para a produção de um desenvolvimento estrutural. Essa relação se dá, a partir da avaliação dos atores periféricos e produz efeitos de perspectivas de mudança. Dessa forma, o objetivo deste artigo, é compreender como o processo de inovação, interfere com a sua interface social, no desenvolvimento periférico. Trata-se de uma análise teórica, com base nas realidades sociais vigentes no território e que tem a fundamentação no contexto do desenvolvimento, através de autores tradicionais e atuais, que estudam a lógica inovativa da sociedade. A metodologia foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, com análise de variáveis e categorias, assim como, a identificação de processos de oportunidades e ameaças que possam a vir se efetivarem no desempenho de tais processos especificados pelos autores. Além, da legitimação em fato específico de ocorrência empírica, que permita identificar os componentes efetivos destes estudos e análises. Vale ressaltar, que neste diapasão os atores locais, exercem uma singular e específica propriedade de importância para o desenvolvimento do território periférico, estabelecidos pelas

heranças culturais, informações, desempenho, adequação e novos formatos de mudança de inovação. Trabalhar o sentido, do conceito de inovação, aplicados a visão social do desenvolvimento periférico.

Palavras – chaves: Inovação; Processo Social; Desenvolvimento local; Território periférico; Herança cultural.

ABSTRACT:

The peripheral territory needs, within a social process, to seek innovation as a change factor for the production of a structural development. This relationship takes place, based on the evaluation of the peripheral actors and produces effects of change perspectives. Thus, the purpose of this article is to understand how the innovation process interferes with its social interface in peripheral development. It is a theoretical analysis, based on the social realities in force in the territory and that has the foundation in the development context, through traditional and current authors, who study the innovative logic of society. The methodology was developed through bibliographic research, with analysis of variables and categories, as well as the identification of opportunities and threats processes that may come to take place in the performance of such processes specified by the authors. In addition, the legitimation in specific fact of empirical occurrence, that allows to identify the effective components of these studies and analyzes. It is worth mentioning that in this context local actors play a singular and specific property of importance for the development of the peripheral territory, established by cultural inheritance, information, performance, adequacy and new formats of innovation change. Work the meaning of the concept of innovation, applied to the social vision of peripheral development.

Key - words: Innovation; Social Process; Local development; Peripheral territory; Cultural heritage.

Introdução

A construção de um sistema de inovação é ponto basilar para a implantação de uma política de desenvolvimento numa região (FREEMAN e NELSON, 1993) e, em particular, nas regiões periféricas, conforme o objeto de estudo em questão: a região de Garanhuns, no Agreste meridional de Pernambuco, Brasil, país em desenvolvimento; e a região de Aveiro, no Baixo Vouga, Portugal, país desenvolvido, mas também constituído de regiões periféricas no aspecto da produção leiteira mundial. O sistema de inovação tem sua efetivação envolvendo três aspectos principais: a) envolvimento do setor produtivo com investimentos em P&D em suas atividades internas; b) viabilização de investimentos pelo setor financeiro privado, com novos modelos de operação em setores inovativos para a empresa privada; c) ampliação da infraestrutura científica, capacitando-a para a absorção de conhecimentos gerados em regiões que tenham pesquisas mais avançadas nacional e internacionalmente (FREEMAN e NÉLSON, 1993). A inovação constitui-se de processo cultural com caráter coletivo e de processo cumulativo de conhecimento e aprendizagem, onde atores nas escalas local, regional, nacional e/ou supranacional irão apresentar características próprias de lugar para lugar (STORPER, 2003). Envolve, portanto, um processo de coordenação, cooperação e parceria com estrutura sistêmica.

Há vários anos sinaliza-se o estudo da região e do território quanto ao processo de inovação. Vários autores vêm estudando e apresentando trabalhos sobre este tema, demonstrando que existem características e especificidades da região e do território que, especificadas nos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, serão norteadores da formação de uma possibilidade sistêmica para inovação, ancoradas em conceitos como “distritos industriais” (BECCATINNI, 1992), “aprendizado coletivo” (KEEBLE, 1998), “sistema de produção local” (COURLET, 2001), “clusters” (PORTER, 2001), “região que aprende e a proximidade geográfica” (MORGAN, 2004), entre outros, que relacionaram a lógica territorial e o seu desenvolvimento com as questões da inovação.

O autor Milton Santos faz a relação do território em conformidade com a intencionalidade humana, que ancorados com o uso de técnicas, meios de produção e objetos do território condicionam uma dialética com o espaço (SANTOS, 1994) - neste caso entendido como o território onde o sistema de inovação está configurado.

Embora tenhamos um processo de desenvolvimento ocorrendo na civilização humana, o fosso caracterizado entre as regiões ricas e as regiões pobres é muito grande, fundamentalmente relacionado pelas poucas (ou nenhuma) oportunidades para as áreas menos favorecidas. Mesmo em regiões ricas e desenvolvidas, formam-se critérios de distribuição de oportunidades excludentes para alguns territórios que, embora fazendo parte dessa região, tornam-se fora do eixo de crescimento. Esse processo ocorre diante dos interesses políticos e econômicos que vigoram em cada um de seus atores. Neste caso, a localidade “não representa um conceito físico, relacionado à posição no núcleo ou na periferia, nem uma medida simples de quantidade de conhecimento que tenha sido adquirida. Representa a participação plena para se denotar o grau de engajamento na comunidade”, conforme o conceito de região periférica de Lave e Wenger, 1991.

Assim, formam-se regiões e/ou localidades consideradas neste estudo como “territórios periféricos”, fora do eixo central de desenvolvimento em que são “esquecidos”. Tais áreas irão apresentar, por conseguinte, baixo nível de inovação, baixo índice de atividade econômica e bloqueios oriundos das poucas

oportunidades que surgem ao longo de sua trajetória, na proporcionalidade de investimentos realizados, ficando à margem do processo de crescimento e desenvolvimento. Existem áreas e regiões no planeta formadas com alto grau de desenvolvimento, tendo os fatores de inovação e do conhecimento proporcionado um posicionamento social, econômico e político de excepcionais perspectivas (formadas em menor número). Contrapondo-se a esta situação, verificam-se outras áreas e regiões do mundo que estão fora de um contexto de desenvolvimento e de perspectivas representadas por uma gama maior de países em desenvolvimento, além dos que não estão nesta escala, onde se configura um cenário de baixo ou nenhuma melhoria social, econômica e política (OCDE, 2002).¹

Há, assim, a criação de uma assimetria nesses novos espaços, ocorrendo numa escala de materialidade e/ou virtualidade processos dinâmicos caracterizados por “diversas densidades de objetos e ações” (SÁ, 1998) no estabelecimento do território, como forma de espaço de desenvolvimento ou não (território periférico excludente), que tem na sua escala produtiva, no contexto da dinâmica socioeconômica e espacial, a sua vertente de base. Esse sentido de análise condiciona-se à realidade capitalista com os aspectos estruturados na questão da produção, divisão territorial do trabalho, fixos e fluxos, e caracteres informacionais (SANTOS, 1994 e 1996). A realidade do espaço inovador conduz a uma visão numa nova dinâmica, socioespacial, caracterizando a efetivação de uma geografia de “globalização e inovação” (STORPER e SCOTT, 2003), cuja busca se evidencia a partir das condicionantes de informação, comunicação e outros aspectos como um novo olhar geográfico a partir de questões, a exemplo da “proximidade geográfica” (MORGAN, 2004) e a da localidade funcionando como um impulso para a realidade do capital na geografia regional e global (RODRIGUES, 2015).

Sociedade globalizada e Sociedade locais.

Talvez seja este o desafio da atual sociedade globalizada: entender onde devem ser construídos arranjos estruturais, sejam eles sociais, econômicos e políticos, considerando as diferenças e realidades específicas dos países, lugares, regiões e localidades; é a nova ordem da geografia global. Esses países, lugares, regiões e localidades, na constituição dessa nova dinâmica informacional e de consumo, estarão na condição e na procura da formação de estratégias específicas, que atendam às suas reais necessidades, consolidando as estratégias econômicas e políticas pelos atores hegemônicos da globalização (SÁ, 1998) e pelos vetores da integração hierárquica, doravante necessárias em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância (SANTOS, 1994), que irão permitir um novo “modus operandi” dos sistemas socioespaciais e das estruturas organizacionais de empresas, instituições e até mesmo indivíduos, na busca de uma melhor adequação às suas realidades.

Esse novo momento da geografia global vincula-se às consolidações dos espaços geográficos produtivos, proporcionando oportunidades diferenciadas àqueles que busquem consolidar a sua ação a partir de conhecer e imprimir um novo ritmo de operação, considerando não apenas a escala local, mas

1

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2002.

global, e efetivando uma interação no que tange ao aumento de suas especializações, forte divisão territorial e social do trabalho, modelos de produtividade, regulação dos atores hegemônicos, avanços de processos globais (SANTOS, 1994). Também se vinculam, nesse novo cenário, as localidades e regiões no aspecto do espaço geográfico, condicionadas a um grau hierárquico estabelecido nos processos econômicos capazes de partilhar a sua realização, consolidada mediante a capacidade produtiva mediante aspectos como produção, distribuição e consumo, permitindo desta forma uma nova dinâmica para umas regiões em detrimento de outras.

Essa dualidade geopolítica, econômica e social requer das sociedades contemporâneas um novo olhar no entender e buscar novos caminhos, minimizando e/ou equacionando tais diferenças nos aspectos sociais, econômicos, produtivos e tecnológicos no território periférico, dadas as características singulares destes e a necessidade de se desenvolverem. Storper (1997) sinaliza que tais diferenças possuem caráter tecnológico, focado nas questões sociais, econômicas, jurídicas e políticas que levam a condições mais dinâmicas com a caracterização de modelos inovadores para a criação de políticas públicas de desenvolvimento, numa escala nacional e regional e até local, uma vez que provocam a reestruturação dos espaços. Autores como Porter, Harvey, Milton Santos e Freeman analisam o tema, mesmo com óticas diferentes e ênfases ora na escala nacional e ora na escala local, enfatizando ser este um novo momento para o mundo.

Então como se estabelecem as diferenças territoriais? Que fatores provocam a dicotomia entre um território e outro, por exemplo, numa mesma região? O que faz um território se desenvolver e outro ficar periférico? Existem condicionantes para tais aspectos? O autor Boisier diz na sua acepção que o desenvolvimento endógeno se condiciona a partir das interações dos atores locais com variadas formas do capital intangível, configuradas num projeto político e consideradas no território. Resume a sua abordagem considerando o território como uma unidade de análise no processo de desenvolvimento, além das relações interdependentes no interior dos territórios (considerados as empresas e os setores de atividade) e da participação da esfera local com o envolvimento da sociedade civil (BOISER, 1989). Neste sentido, as questões do “olhar” para o território periférico se coadunam com a busca de novas ideias e especificidades locais e a estruturação existente para a construção e a busca de alternativas de inovação. Vale ressaltar que soluções individualizadas não resolverão o projeto de inovação e o consequente desenvolvimento do território (seja apenas na captação de uma única empresa e/ou na lógica de se dizer que cada desempregado deve abrir uma empresa). A dinâmica territorial passa pelas relações e cooperações, onde a troca de informação e conhecimento irá produzir interdependências e o consequente aprendizado dos atores locais. Daí a necessidade de ter atores territoriais bem definidos e com um bom nível de envolvimento, a fim de permitir que a geração de oportunidades e soluções para as diversas condicionantes possa ocasionar o desenvolvimento territorial.

Os territórios periféricos caracterizam-se de forma geral, no tocante ao desenvolvimento da inovação, por serem “esquecidos”, ficando à margem e condicionados ao atraso, formados por pequenos territórios (em relação à área regional ou nacional considerada, embora tenhamos até continentes nesta situação, com grande parte de seus territórios subdesenvolvidos) e realizando apenas atividades tradicionais, em que o processo inovativo não se estabelece e não se configura, principalmente, pela falta de políticas para o crescimento local, não havendo desta forma benefícios para esses territórios.

A periferia (território periférico) é assim definida por Domingues:

Agregado social, definido não só pela densidade ou pela intensidade do inter-relacionamento interno ao nível do local, mas pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes pendulares (DOMINGUES, 1994:5).

Nesses casos, observa-se claramente a falta de investimentos e políticas públicas, bem como, o desenvolvimento de processos de conhecimento e aprendizado e a cooperação. Configura-se uma lógica territorial onde as carências de conhecimento aplicado e a definição do papel territorial e do crescimento territorial não são discutidas e nem tampouco estabelecidas de forma a ter melhores usos dos recursos locais.

Fatores condicionantes para a inovação nos territórios periféricos.

A análise do processo de desenvolvimento territorial mostra que algumas condicionantes irão caracterizar aqueles territórios que crescem e se desenvolvem e outros não. Quando se verificam os níveis de conhecimento e aprendizado, as atividades de cooperação, o uso de novas tecnologias e a participação dos atores num processo sistêmico de interação, pode-se identificar o quanto um território inovou e o outro não. Não se trata apenas de relacionar aspectos econômicos, mas também políticas sociais, planejamento público, empresas com comprometimento local e fundamentalmente envolvimento de pessoas capacitadas e preparadas para o desafio de inovar nas organizações do território. Ou seja, como dizem Lave e Wenger, (1991), há “participação plena para se denotar o grau de engajamento na comunidade” através de elementos tangíveis e intangíveis, formais e informais.

Figura 1 - Aspectos tangíveis e intangíveis, formais e informais, que interagem no território periférico.

Fonte: autor do artigo, 2015.

O desenvolvimento territorial tem variantes em diversos setores de uma região ou localidade, seja na área de desenvolvimento sustentável, eficiência energética, meio ambiente, telecomunicações, tecnologia, artesanato, agroecologia, turismo, urbanismo, mobilidade, transportes, consumo próprio, gestão de restauração do meio natural, gestão de resíduos, cidades inteligentes (*smartcities*), todas com possibilidades de aplicação de inovações que podem gerar oportunidades de retomada de produções tradicionais e/ou outras produções com inovação

(radical ou incremental)² que estabeleçam, dentro da especificidade territorial, os aspectos condizentes numa política regional e local para o desenvolvimento. O autor Carlos Rodrigues menciona que “as

2

Inovação radical é aquela que possibilita grandes processos de mudanças e tem como características as transformações profundas em tecnologias de produtos e processos. Inovação incremental é aquela que gera modificações contínuas, tendo como características as modificações cotidianas (OCDE, 2005).

especificidades das produções locais podem sofrer novos processos que tenham inovação de natureza 'incremental', agregando valor aos produtos e serviços e condicionando os atores locais ou exógenos a novas interações através de pequenas empresas, associações, cooperativas, grupos de trabalho e/ou até médias e grandes empresas que consigam "interpretar" as condicionantes do território" (RODRIGUES, 2015).

Nesse sentido, a lógica de entender as especificidades do território, de compreender o que de fato poderá agregar valor a uma atividade, fará com que surjam propostas de valor na sociedade civil organizada, com a geração de novas formas de fazer, aprender e ensinar a fazer, o que condicionará as questões dos atores sociais, no sentido de se articularem num processo de cooperação, na busca das melhores ações inovativas para o território. Não passa unicamente pela análise econômico-financeira de uma empresa, e/ou apenas pela política pública para este fim, mas pelos outros atores setoriais envolvidos que possam buscar soluções específicas através de associações, cooperativas, pequenos produtores (em geral conhecem melhor o setor, dado o conhecimento tácito do território), a fim de terem respostas para o desafio de inovar no território. Na lógica territorial, é preciso que os atores locais desenvolvam aspectos relacionados com o compromisso, a responsabilidade e a ação de atividades que de fato levem as condicionantes e especificidades locais a um "resgate" do território periférico, entendendo que não cabe um modelo pronto, mas a construção de um possível modelo, em conformidade com as realidades locais. Não é preciso ter apenas ideias, um projeto e um plano. Mais que isso, necessita-se entender quais aspectos sociais, culturais e específicos são identificados, sabendo os "por quês" da busca da alternativa que em termos de atividade local será necessária. Este é um nível de entendimento pouco ou nada explorado na atualidade.

A ótica do desenvolvimento endógeno configura-se com ações voltadas para a localidade, podendo ser caracterizada por razões de natureza exógena que produzem efeitos negativos para o território periférico, formatado por ações e processos decisórios locais que não surtem efeito, além de elementos de contradições e desigualdades na produção dos espaços pelo capitalismo e na questão das poucas oportunidades. Tais fatores contribuem, segundo Costa e Rocha, para quatro aspectos que podem se consolidar na lógica do território periférico:

- o esvaziamento populacional, uma vez que as oportunidades se concentram nos grandes centros de desenvolvimento, fazendo convergir uma massa de pessoas em busca de oportunidades efetivas;
 - a subordinação territorial, caracterizada pela dependência de fatores de investimento de áreas e regiões centrais detentoras de condições mais vantajosas;
 - a dependência econômica, especificada pelo aspecto econômico-financeiro a que os grandes centros de concentração de riqueza, detentores do poder, se configuram e decidem como, quando, onde e por que irão aplicar seus recursos;
 - os indicadores sociais críticos, evidenciados por instrumentos de análise que denotem o processo de qualidade e as condições de vida específicas (COSTA e ROCHA, 2010).
-

Esses fatores de análise condicionam o território periférico a uma posição desfavorável e difícil, uma vez que terá que enfrentar situações adversas ao seu desenvolvimento, tendo uma série de aspectos em desvantagem em relação às regiões com maiores investimentos. Com efeito, aspectos de carência dos atores locais serão concretizados através de problemas configurados no planejamento, na definição de processos de produção, na geração de oportunidades, na busca de conhecimento e aprendizado, no crescimento de processos ilegais, na falta de instrumentos de uso do espaço e na carência de processos inovativos.

Então, o que seria desenvolvimento? Nas palavras de Francisco de Oliveira:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo completo de mudança e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incremento positivo no produto e na renda – transformado para satisfazer às mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2001:4).

Nessa visão, Oliveira (2001) chama a atenção para o real papel do desenvolvimento no território: melhorar a qualidade de vida das pessoas, confrontando a lógica de que no espaço territorial da inovação haja apenas aspectos econômicos (embora as transformações se deem em função da tecnologia, processos produtivos, com incremento de novos produtos e aumento da renda). Esse processo alia-se ao crescimento do território periférico, aqui objeto do estudo, uma vez que tem como fim precípua a melhoria de vida das pessoas no atendimento às suas necessidades.

O processo de transformação da lógica do território periférico se efetivará na condição do processo sistêmico de inovação, a ser criado com vertentes econômicas, financeiras e produtivas agregadas a questões sociais e culturais que a localidade aponte diante de suas especificidades, como também nas necessidades que se configuram na sua realidade para o desenvolvimento de novas oportunidades. O local passa a ter neste aspecto um ganho real de conhecimento, aprendizado e cooperação, permitindo a interação dos atores de forma que se configure o processo de inovação.

Obviamente variantes estruturais específicas de acordo com o estágio pelo qual se encontre o território serão motivo de maior e/ou menor investimento, bem como de delineamento das lógicas das necessidades caracterizadas dentro de uma escala e premissas estabelecidas. Também serão norteadoras da política a ser efetivada. Assim, os aspectos socioeconômicos terão que ser analisados num conjunto de um mosaico específico de cada território, onde as ideias das desigualdades, a intencionalidade e a forma de gestão serão condicionantes decisivas para a efetivação do sistema de inovação na lógica de um território periférico.

Vertentes do território periférico na inovação.

As vertentes conjugaram-se com formas de interação no território periférico, proporcionando para o local as condições iniciais para a dinâmica inovativa de transformação. Terão influência à proporção que os

atores envolvidos criem um intercâmbio na troca de conhecimento e habilidade, levando a um processo de colaboração na intencionalidade, na criação de oportunidades e na busca de soluções específicas para as diversas situações que serão encontradas ao longo do processo. Essa interação e cooperação ocorrem em escalas variadas e múltiplas, de acordo com o estágio em que as relações forem ocorrendo na localidade, num processo de “amadurecimento” e confiança das relações. Isto irá se refletir em maior ou menor intensidade, à proporção que esses aspectos fiquem claros e transparentes entre todos os atores. Trata-se de um processo contínuo, onde o fator tempo é um ingrediente fundamental. Então, as vertentes sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas terão um papel primordial no modelo de comunicação que será congregado entre todos os atores de um território periférico.

Retornando à análise do autor Boisier, 1989, nas questões do desenvolvimento endógeno regional, há referências sobre o papel da organização social no que tange a fatores diferenciadores que irão intervir de forma direta no desenvolvimento econômico da região. O autor ao referendar o aumento da capacidade regional de decisão (autonomia da decisão), ressalta a importância da região saber lidar com as questões das forças exógenas, representadas por atores governamentais ou empresariais, de forma a ter condições de negociação e, principalmente, condições de gerar a própria renda. Nesta questão, o autor deixa claro que é preciso entender a especificidade de cada região, que terá necessidade de uma base de gestão de reflexão cultural e territorial, onde as autoridades das políticas regionais e locais terão importância singular. Então, deve-se ter uma organização social forte e estruturada para que essas negociações sejam exitosas com outros atores exógenos à região. Ele relaciona também a importância de um setor privado regional ligado à localidade, disposto a investimentos que possam permitir a consolidação de oportunidades e melhorias econômicas. E enfatiza que essa organização social se tornará forte a partir das relações internas na região, onde se consolidem melhores informações através de modernos sistemas, modificações estruturais (se for o caso), inovações nas questões administrativas, melhorias dos quadros técnicos das organizações públicas e privadas, entre outros aspectos, com foco na localidade, o que possibilitará o sucesso da organização social que se preceitua. Outro ponto abordado pelo autor Boisier (1989) diz respeito à organização social na internalização regional do crescimento (reinvestimento na região), tratando do uso do excedente produzido e vinculando aspectos de crescimento nas oportunidades geradas. Cada ator terá o seu papel - o governo na lógica de redistribuir através das políticas tributária e fiscal os ganhos efetivados na localidade e, por sua vez, as empresas privadas reinvestindo seus lucros diante dos compromissos assumidos com a localidade. Finalmente Boisier caracteriza o paradigma da participação social, evidenciada pelos aspectos da distribuição de renda, participação em projetos de planejamento e políticos, e relacionamento entre os grupos sociais informais (não organizados) e formais que formarão as redes de estruturas no território. A melhor participação dos grupos mais pobres, segundo o autor, se dará mediante a provisão em investimentos em educação e saúde, de forma a ter melhores condições de ingresso na dinâmica do desenvolvimento regional/local.

Outro papel importante é o desenvolvimento de políticas públicas para minorar as questões das disparidades de renda através de ações compensadoras de alocação de recursos, investimentos sociais e geração de oportunidades. Os atores territoriais, ainda segundo Boisier, exercerão uma importância singular no processo onde ações definidas terão vital importância na questão da organização social, a saber:

- atores institucionais de alto grau de organização formal (estatais e de organismos internacionais);

- atores com significativo grau de organização formal e informal, caracterizados por associações corporativas, atores produtivos, partidos políticos, grupos culturais e étnicos regionais e territoriais;
- atores de baixo grau de organização, não organizados ou sem poder de organização, dada a sua especificidade, caracterizados pelos grupos sociais de desempregados, subempregados, pobres em estado crítico, marginais e camponeses não organizados (BOISER, 1989).

Dessa forma, torna-se indispensável um processo de planejamento para a organização dos diversos atores sociais na dinâmica territorial, requerendo esforço de interação e cooperação para que a lógica produtiva e o desenvolvimento se consolidem. Este é um esforço que na escala territorial virá acompanhado de uma série de desafios, que apenas não se congrega na formação do processo produtivo em si, mas também na relação de processos de educação, desenvolvimento, conhecimento e aprendizado, além das condições de saúde e de uma política pública alinhada com esses processos, planejada para tais fins. Então, o território exercerá o seu papel na busca da inovação efetiva e criativa, não apenas nos critérios da produção material, mas conciliando aspectos intangíveis de singular importância para a consolidação de uma economia regional ou local, conforme evoca Edquist no conceito de inovação:

Innovation are new creations of economic significance of a material or intangible kind. They may be brand new but are more often new combinations of existing elements (EDQUIST, 2001:219).

Essa interação de fatores materiais e fatores intangíveis efetivará a visão de uma realidade para a região e o local, numa formação de relações (combinando os elementos existentes dentre os vários fatores), levando sem dúvida ao surgimento de novas oportunidades que terão profundo significado social. A partir de seu desenvolvimento, exercerão um forte papel econômico no território periférico. A visão macroeconômica da região nos leva a entender que o território é um dos atores do processo de desenvolvimento. Os fatores de políticas públicas direcionadas para este fim permitirão discussões sobre a política socioeconômica, a fim de permitir uma maior interação dos elementos locais no desenvolvimento endógeno. Esse território periférico, portanto, “exige” a relação desses elementos caracterizados no local, relacionados de forma a permitir que a partir de variáveis locais e exógenas se possam construir, num processo de combinação contínua, novas formas que possibilitem a busca de uma inovação concretizada nas bases das identificações e tipicidades locais.

No campo do espaço desigual que o autor Harvey (2000) referencia, tem-se que a lógica do desigual pode refletir em novos espaços onde não haja desenvolvimento. Esses novos espaços se mantêm fora da rota de possibilidades e oportunidades, configurando-se em locais com pouca ou nenhuma condição de se reinventar para as questões competitivas que se estabeleceram na realidade atual. Um bom exemplo caracteriza-se dentro dos territórios periféricos que fazem parte dos espaços desenvolvidos, que ficam à mercê das condições de investimentos e possibilidades de novas oportunidades, distanciando-se da visão macro de políticas públicas para este fim. São construídos espaços “privilegiados de investimentos”, onde a política pública é colocada para servir a determinados interesses, apenas econômicos, desligando-se da lógica social efetiva. Esse deslocamento no uso da política pública especifica grupos com investimentos canalizados, fazendo com que o território periférico fique em um processo de “ostracismo” e sem

possibilidade de se firmar e buscar novos elementos de perspectivas inovadoras. Entender esse mecanismo e buscar alternativas para este fim deve fazer parte de ações coordenadas pelo poder público para gerar condições e um ambiente favorável a esse tipo de investimento, estabelecidos em territórios periféricos.

Por seu lado, o território periférico pode buscar se reinventar, consolidando processos de interação e organização internos que permitam levantar suas possibilidades e debilidades, entendendo que reais condições lhe são peculiares. Buscar atores locais, entender suas necessidades e compreender o atual quadro geram condições de informações de como se deve desenvolver um processo de inovação. Sabe-se que vários pontos precisam ser evidenciados de forma singular e objetiva, onde aspectos sociais, econômicos, culturais, financeiros e políticos terão seu peso neste sentido e para tal partindo de uma análise do macro para o micro e verificando o melhor caminho a ser adotado para o desafio de inovar. Obviamente as variáveis e os atores exógenos ao território periférico também serão instrumentos de análise configurados na criação do próprio sistema de inovação local, todavia é necessário compreender o papel e as condições em que esse processo será estabelecido.

Conclusão

A lógica da inovação em um território periférico são as questões estruturais. O território através da sua historicidade tem características sociais, culturais, ambientais e econômicas próprias. Ao longo de sua existência, estabeleceram-se elementos estruturais que geraram uma identidade formada por pessoas, relações sociais, aspectos produtivos e econômicos, singularidades e tipicidades urbanas e rurais. Neste sentido, há uma formação de valores específicos e únicos que tem um efetivo peso no “modus vivendi” local, estabelecendo um estilo próprio e particular de vivenciar, entender e resolver seus problemas. Dependendo do tempo de existência desse local, tais fatores configuram-se numa formação de parâmetros de credo e confiança (mais ou menos fortes) nas formas de fazer, criando e estabelecendo paradigmas. Neste sentido, os critérios de vida configurados nesse espaço geram uma rotina e estabelecem regras de relacionamento bem definidas e formadas a partir dos processos do cotidiano, onde se vive um dia de cada vez.

Bibliografia

BECCATINNI, G. **Le district marshalien: une notion sócio-économique.** In: G.BENKO; A Lipietz (eds) Les regions qui gagnent: districts et réseaux. Les nouveaux paradigmes de la géographie économique. Paris: PUF, 1992.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional.** In: Haddad, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Reflexões preliminares sobre a constituição de centros de economia dinâmica e municípios periféricos no Estado do Paraná.** Anais: V Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – SIMPGEO. Curitiba: UFPR, 2010.

COURLET, C. **Les systèmes localizes: un bilan de la literature.** Cahiers d'Économies et Sociologie Rurales. 58-59: 81-103, 2001.

DOMINGUES, A. **(Sub)úrbios e (sub)urbanos** – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Série, Vol. X/XI, Porto, pag. 5-18, 1994/1995.

EDQUIST, Charles. **The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy**: An account of the state of the art. Trabalho apresentado à DRUID Conference, Aalborg, 12 a 15 de junho, de 2001.

FREEMAN, C. **The economics of hope**. London, Pinter, 1998.

_____. **Economics of industrial innovation**. Cambridge, MIT, 1982.

_____. **The greening of technology and models of innovation, technological forecasting and social change**. 1996.

_____. **The 'National System of Innovation' in historical perspective**. [S.l.]: Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1, 1995. p. 5-24.

FREEMAN, C; NELSON, C. **The economics of hope**. London, Pinter, 1993.

HARVEY, D. **Space of Hope**. Edinburgh University Press, Edinburgh, 2000.

KEEBLE, D., Lawson, C., Lawton Smith, H., Moore, B. and Wilkinson, F. **Collective learning processes and inter-firm networking in innovative high-technology regions**. Working Paper 86 Cambridge: University of Cambridge, ESRC Centre for Business Research, 47 pp., 1998.

LAVE, J. e Wenger, E. **Situated learning**: legitimate peripheral participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

_____. **Communities of practice**: learning, meaning and identity Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.

MORVAN, Y. **Filère dpouctin**: fondamets 'conmieindustrel. 2dParis: Econmia, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT - OCDE, 1997, 2002, 2005.

RODRIGUES, Carlos. **Aula de Doutorandos no Department of Social, Political and Territorial Sciences**. University of Aveiro, 2015.

SÁ, Alcindo de. **Tese de Doutorado**. São Paulo, FFLCH - USP, 1998.

_____. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado e Doutorado. PPGG. Aula Expositiva, UFPE, 2006.

STORPER, M, SCOTT.A. **Regions, Globalization, Development**. Co-authored with Allen Scot, Regional Studies, 2003.

_____. **The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes**. In: *Territory and Social Reproduction*, ed. Jennifer Wolch and Michael Dear. Boston: Allen and Unwin, 1988.

PORTER, Michael. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

_____. **Clusters of innovation initiative**: San Diego. Council on Competitiveness, mai. 2001.

_____. **Clusters and the New Economics of Competition**. Harvard Business Review, nov.-dez. 1998.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. Ed. Terra Livre, 1982.

_____. **A revolução tecnológica e o território**: realidades e perspectivas. Terra Livre, 1992.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico- informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.258p e Editora Nobel, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

STORPER, M.; HARRISON, B. **Flexibility, hierarchy and regional developments: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s**. Research Policy, North-Holland, v. 20, n. 5, 1991.